



Oliveira do Bairro câmara municipal

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE
OLIVEIRA DO BAIRRO, REALIZADA NO DIA
18 DE SETEMBRO DE 2019**

Aos dezoito dias do mês de setembro de dois mil e dezanove, nesta Cidade de Oliveira do Bairro, na Sala de Reuniões de Câmara Municipal, sita nos Paços do Município, realizou-se pelas nove horas e trinta minutos, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Duarte dos Santos Almeida Novo e com a participação do Vice-Presidente da Câmara Jorge Ferreira Pato e dos Vereadores Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, Susana Maria da Silva Martins, António Augusto Marques Mota, Álvaro Miguel Ferreira Ferreira e Rui Jorge Marques dos Santos, a reunião extraordinária pública da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, ao abrigo do disposto no art.º 41.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.....

Pelo Presidente da Câmara foi declarada aberta a reunião, tendo-se procedido à apreciação dos assuntos constantes da respetiva Ordem de Trabalhos, antecipadamente entregue a todos os Vereadores.....

PONTO 1 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 98 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS – LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO E DIPLOMAS SETORIAIS – DL N.º 103/2018, DE 29 DE NOVEMBRO – ASSOCIAÇÕES DE BOMBEIROS.....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de introduzir o assunto e os Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Rui Santos.....

O **Presidente da Câmara**, recordou que, relativamente à delegação de competências na área das Associações de Bombeiros, uma das razões que levou à não aceitação destas competências para o ano de 2019 prendeu-se com o conflito que então existia entre a Liga dos Bombeiros, os Bombeiros e a Tutela.....

Mais disse que, esclarecidas que estão essas situações e atendendo à recente revisão ao Protocolo existente entre o Município de Oliveira do Bairro, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Bairro e as entidades que supervisionam a Proteção Civil, no que se refere à comparticipação da Equipa de Intervenção Permanente e ainda o trabalho do Município em relação ao apoio na aquisição de Equipamentos e igualmente o pagamento no próximo ano, de 50% da viatura que foi recentemente adquirida por aquela Associação.



Oliveira do Bairro câmara municipal

Face a tudo o que disse, entende que se encontram reunidas as condições para assumir a delegação de competências na área das Associações de Bombeiros, muito embora ainda não se encontre muito bem definido quais as viaturas e os equipamentos que serão utilizados pela Equipa de Intervenção Permanente.

No que diz respeito à delegação de competências na área da saúde, não obstante todo o trabalho que foi realizado pelos Serviços Municipais, e a reunião havida no ACeS-Baixo Vouga no início de setembro, o Município ainda aguarda por algumas informações adicionais, que permitam um cabal esclarecimento de todo o assunto. No entanto, matérias como seja a questão do investimento em viaturas, contratos de manutenção, recursos humanos.

Assim sendo, em face de tantas dúvidas, disse que o Município de Oliveira do Bairro não consegue ainda medir concretamente o impacto financeiro que terá no Município a assunção de competências nesta área.

O **Vereador Rui Santos**, disse nada ter a opor à assunção da delegação de competências na área dos Bombeiros, contudo, entende que deveria ficar bem esclarecido se o Município de Oliveira do Bairro iria aceitar, no que respeita às dotações financeiras da Equipa de Intervenção Permanente, ou seja, 50%, sendo que, do seu ponto de vista, deveria ficar igualmente esclarecido, o apoio que irá ser dado relativamente aos equipamentos que irão estar afetos àquela Equipa.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, em relação à assunção de competências na área dos Bombeiros, entende que o Presidente disse praticamente tudo aquilo que o PPD/PSD também entende relativamente a esta questão, ainda que subsista uma ou outra dúvida como foi igualmente mencionado.

No que respeita à área da saúde, disse divergir da estratégia adotada, questionando qual foi, em concreto, o parecer do ACeS-Baixo Vouga no que respeita às condições que o Município detinha para assumir em 2020 as competências nesta área.

Ainda em relação a esta área e uma vez que o Executivo reuniu no início de setembro com o ACeS-Baixo Vouga, a fim de debater a transferência de competências no ano de 2020, questionou porque tal não foi levado a efeito para 2019.

Havendo, no seu entender, um conjunto de personalidades na área da saúde em Oliveira do Bairro, procurou saber se o Executivo Municipal reuniu com essas pessoas para, auscultar as suas opiniões relativamente a esta matéria.

O **Vereador António Mota**, disse haver uma total confusão em relação à assunção de competências, não havendo, na sua opinião, condições para aceitar seja o que for.

Procurou saber quais as divergências dos Bombeiros e da Liga, que foram ultrapassadas.

No que respeita às Equipas de Intervenção Permanente, disse que sempre se assumiu o compromisso pelo pagamento que já está a ser efetuado há alguns anos.



Oliveira do Bairro câmara municipal

Disse não ser somente o combate a incêndios ou outras questões relacionadas com a Proteção Civil que estão em causa, pelo que questionou quais os potenciais custos que o Município irá suportar com a assunção de competências nesta área e se efetivamente as transferências da Tutela serão suficientes, uma vez que todos têm conhecimento do trabalho que os Bombeiros desenvolvem ao nível de transporte de doentes.

Já no que diz respeito à área da saúde, disse não fazer qualquer sentido o que se está a passar, até porque Oliveira do Bairro tinha todo o interesse em avançar com essa mesma transferência de competências, uma vez que há determinado investimento que está em fase de decisão, apesar de o financiamento ainda não se encontrar assegurado e assim sendo, esta posição do Município de Oliveira do Bairro pode fazer adiar de forma significativa a construção das duas Unidades de Saúde que se encontram previstas.

Disse estranhar não ter sido ainda elaborado um trabalho que dê uma ideia aproximada das consequências da transferência de competências na área da saúde, entendendo ainda que não se devem fazer reuniões em cima dos acontecimentos, como foi o caso da que ocorreu a 5 de setembro com o ACeS-Baixo Vouga.

Acrescentou que se a postura dos Municípios é a de não aceitar esta assunção de competências, depois não se poderão lamentar quando a mesma for concretizada sem qualquer tipo de estudo e sem qualquer tipo de quantificação, tendo questionado se os Presidentes de Câmara discutem este assunto nas reuniões da CIRA, tendo em atenção que nada de concreto é apresentado para que se possa pronunciar.

Disse que todos reconhecem os problemas existentes no Serviço Nacional de Saúde e quem tem males para tratar ou diagnosticar sabe o que tem de enfrentar, pelo que, considera que esta área seria uma das que o Município deveria investir.

Lamentou que, mais uma vez, nada de concreto haja que permita uma pronúncia correta por parte do Município, daí que o sentido de voto do PPD/PSD, seja o de se abster.

O **Presidente da Câmara**, no que respeita à transferência na área dos Bombeiros, informou que os problemas que havia entre a Liga dos Bombeiros e os Bombeiros, com a Tutela, se prendiam com o facto de não verem os seus direitos salvaguardados, com a forma de comando das corporações e, essencialmente, a forma de apoio, contudo, tudo se veio a manter nos mesmos moldes anteriores, o que apaziguou os ânimos.

No que aos equipamentos diz respeito, referiu que essa será uma das suas lutas, no sentido de esclarecer a questão, para assim o Município ficar a saber quais as responsabilidades que terá naquela matéria, para que não fique apenas no bom senso dos Bombeiros ou do Executivo Municipal. Quanto aos meios e aos serviços que são prestados pelos Bombeiros, esclareceu que os mesmos não se enquadram na esfera desta transferência de competências.



Oliveira do Bairro câmara municipal

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, aprovar o teor da Informação/Proposta n.º 98 – Mandato 2017/2021 do Presidente da Câmara, datada de 13 de setembro de 2019, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais e remetê-la à Assembleia Municipal, com vista à tomada de decisão por aquele órgão autárquico, atentas as suas competências.

PONTO 2 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 99 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS – LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO E DECRETO-LEI N.º 23/2019, DE 30 DE JANEIRO [SAÚDE]

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara e os Vereadores António Mota e Rui Santos.

O **Vereador Rui Santos**, lembrou ter questionado anteriormente se havia alguma estratégia por parte da CIRA em relação à transferência desta competência, uma vez que partilha da opinião dos Vereadores António Mota e Álvaro Ferreira, porque efetivamente ninguém parece saber como é que irá terminar. Considerou que se está numa fase avançada do processo e nada está claro em relação à maior parte das questões.

Na sua opinião, na área da saúde, os argumentos devem ser esgrimidos até ao último dia do prazo, no sentido de se preparar a transferência desta competência convenientemente, devendo ser assegurado que o Município irá ter capacidade para gerir essas mesmas competências, porque isso será fundamental para os Cidadãos do Concelho, daí concordar que esta competência não seja aceite e sejam desenvolvidos todos os esforços no sentido de garantir que, quando for aceite, o Município se encontra em plenas condições para dar a resposta que os Municípios merecem.

O **Presidente da Câmara**, respondendo às questões agora levantadas pelo Vereador Rui Santos e às que foram apresentadas pelos Vereadores António Mota e Álvaro Ferreira, informou que o ACeS-Baixo Vouga, por intermédio do seu Diretor-Executivo, participa nas reuniões do Conselho Intermunicipal e esta regularidade de reuniões prende-se essencialmente com a avaliação da resposta da saúde na área geográfica da Comunidade Intermunicipal e que passa pela apresentação do número de médicos, instalações, equipamentos, entre outros dados, mas, essencialmente, o que respeita à parte operacional.

Acrescentou que, para 2019 o assunto foi afluído na Comunidade Intermunicipal em finais de 2018, ou seja, imediatamente após a publicação dos correspondentes diplomas legais, sendo que o Município de Oliveira do Bairro reuniu com o Diretor-Executivo do ACeS em fevereiro/março, onde se abordou a forma de assunção das referidas competências, tendo sido recomendado por parte daquele responsável que, face às circunstâncias e à ausência de respostas por parte da Tutela, o Município



Oliveira do Bairro câmara municipal

de Oliveira do Bairro não deveria assumir de imediato as competências naquela área e tanto assim foi que, a generalidade dos Municípios da CIRA não assumiu ainda as competências nesta área. ... Informou, ainda, que em junho do corrente ano foi solicitada uma nova reunião e elencadas as questões que o Município pretendia ver esclarecidas, uma vez que obtidas respostas da Tutela, as mesmas não se revelaram esclarecedoras, de modo a que o ACeS pudesse facultar os elementos em falta.

Acrescentou que, não tendo sido possível organizar aquela reunião em junho ou julho, em agosto tentou-se agendar a reunião, contudo dadas as ausências por motivo de férias de alguns dos Técnicos que o Diretor-Executivo pretendia que estivessem presentes na reunião, não foi possível. Foi então somente possível realizar a reunião em setembro, apesar das ainda tentativas por parte do ACeS-Baixo Vouga, para haver novo adiamento.

Referiu ser importante para o Município assumir as competências, mas saber quanto é que iria gastar, porque apesar de se saber qual o montante da transferência teria de ter uma noção exata da despesa envolvida, uma vez que, como todos têm conhecimento, há equipamentos que estão sem manutenção há muito tempo e quando o Município assumir essa competência vai ter de o fazer, como é exemplo disso mesmo, o sistema de ar condicionado no novo Centro de Saúde de Oliveira do Bairro, o qual nunca teve manutenção.

Assim sendo e dado que a intenção é não assumir a competência, não haverá a realização de qualquer despesa com esta questão em 2020, contudo, em 2021 já se deverá saber em concreto o que se vai efetivamente assumir e quais os encargos inerentes a essa mesma assunção de competências.

Disse acreditar que o trabalho de avaliação e análise dos encargos foi levado a efeito aquando da celebração do Contrato Interadministrativo na área da Educação e, por conseguinte, também neste caso em concreto, esse trabalho tem de ser corretamente levado a efeito.

No que respeita aos investimentos nas novas Unidades de Saúde na União de Freguesias e na Palhaça, informou que os projetos estão a avançar, tendo os responsáveis pelas Unidades de Saúde sido consultados, tendo igualmente os técnicos efetuado uma visita ao Centro de Saúde de Oliveira do Bairro, no sentido de se elaborar o projeto mais adequado a cada uma das realidades, mas atendendo sempre às diretivas do Ministério da Saúde, as quais têm de ser cumpridas, de modo a que, posteriormente, as obras possam ser objeto de candidatura ao Fundo que se encontra disponível para o efeito.

Acrescentou que na reunião realizada com o Diretor-Executivo do ACeS-Baixo Vouga, quando questionado se o Município de Oliveira do Bairro, nas atuais condições, deveria assumir aquelas competências, o mesmo foi perentório em dizer que não.



Oliveira do Bairro câmara municipal

O **Vereador António Mota**, referiu que um dos grandes problemas com as obras de hoje em dia é a questão do ar-condicionado e tal se constata pelas palavras do Presidente da Câmara, de que o mesmo não funciona num edifício que foi construído há poucos anos e não é somente no Centro de Saúde, mas igualmente nas Escolas, no Quartel das Artes, pelo que questionou o que se está a passar com os AVAC's.....

Referiu que nos novos edifícios não deverão ser certamente problemas de manutenção, haverá algo que não estará a correr bem com aquele tipo de equipamentos nos edifícios públicos, uma vez que o mesmo tipo de equipamento nos edifícios particulares funciona corretamente, pelo que alertou os Técnicos Municipais para que, aquando da análise das propostas no âmbito da construção de novos equipamentos públicos, se dediquem a um profundo exame do que está a ser proposto pelos concorrentes, uma vez que esta se assume como uma parte significativa do valor final da obra e terá de funcionar corretamente.

O **Presidente da Câmara**, informou que o Contrato em relação ao Centro de Saúde foi assinado por si, desconhecendo os motivos porque não foi assinado à data de abertura ou nos meses subsequentes, já que a mesma foi inaugurada sensivelmente a meio do anterior Mandato.

Acrescentou que quando foi abordado pelo Dr. Fernando Martins, quando questionado se teriam um contrato de manutenção, o mesmo informou que não existia qualquer contrato de manutenção para o ar-condicionado, porque o ACeS nunca tinha tratado do assunto. Se o problema decorre da qualidade do equipamento, se da falta de manutenção, é algo que não se saberá, uma vez que não é realizada qualquer manutenção.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por maioria, com a abstenção dos Vereadores António Mota e Álvaro Ferreira, aprovar o teor da Informação/Proposta n.º 99 – Mandato 2017/2021 do Presidente da Câmara, datada de 13 de setembro de 2019, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais e remetê-la à Assembleia Municipal, com vista à tomada de decisão por aquele órgão autárquico, atentas as suas competências.

PONTO 3 – INFORMAÇÃO PRESTADA PELA DIVISÃO DE AMBIENTE, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS URBANOS – ALTERAÇÃO DO ANEXO I AO CONTRATO DE CONCESSÃO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM BAIXA TENSÃO, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO E A EDP DISTRIBUIÇÃO.....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de introduzir o assunto e os Vereadores António Mota e Rui Santos.

O **Presidente da Câmara**, lembrou que esta questão foi bastante debatida no Mandato anterior, quer em Reunião de Câmara, quer na Assembleia Municipal, dada a importância que tem no que se refere à questão ambiental, quer no que se refere à vertente financeira.



Oliveira do Bairro câmara municipal

Acrescentou que o assunto vem a Reunião de Câmara essencialmente por uma questão estratégica, uma vez que o Município tem vindo a assumir uma série de acordos com a EDP no que respeita a investimentos no Município, como seja as PARU's ou a rede pública de iluminação, implicando um aumento do imobilizado.

Deu a conhecer que o Município, em parceria com a EDP, teve algum investimento na colocação de LED's, o qual, naturalmente veio a acrescentar ao imobilizado, e que significou alguma poupança ao nível dos consumos.

Informou que a alteração ao Anexo I, que advém já de acordo que data de 2016 com a Associação Nacional de Municípios, permite que a EDP faça a substituição das lâmpadas de mercúrio para vapor de sódio e passe automaticamente para LED's, para assim se promover uma maior economia para o Município, mas igualmente para o próprio ambiente.

Mais disse que, caso não haja esta alteração ao Anexo I, a EDP não é obrigada a fazer a substituição para LED's, sendo que o valor do investimento para a EDP é superior, mas para o Município haverá uma diminuição dos gastos.

Referiu, ainda, que pelo Estudo que foi apresentado, a poupança é sistemática ao longo dos anos e que, por outro lado, se o investimento por parte do Município fosse realizado de imediato, em 2019 e 2020, a poupança rondaria os 200.000,00 € (duzentos mil euros) em iluminação pública por ano. Mais informou que quando foi substituída a iluminação (para LED) na Zona Industrial de Vila Verde, causou uma diminuição de 60% no consumo de eletricidade.

Acrescentou que, pela análise realizada, a alteração ao Anexo I, poderá trazer um impacto de 42,00 € (quarenta e dois euros) por cada luminária que é substituída.

O **Vereador Rui Santos**, concordou que em termos ambientais esta substituição representa um avanço significativo, contudo, do seu ponto de vista, o busílis da questão prende-se com a questão financeira e com o facto de, cada vez mais, os Municípios se encontrarem nas mãos da EDP, que é quem define os preços, e de cada vez que algo integra o imobilizado o Município terá de pagar os custos, pelo que, na sua opinião, esta questão deveria ser discutida no seio da CIRA, no sentido de se inverter este caminho.

O **Vereador António Mota**, disse ter ficado agradado pela explanação do Presidente da Câmara, nomeadamente no que respeita à alteração dos custos, porque neste momento existe uma concessão à EDP, da qual se recebe uma renda e tem-se conhecimento de todos os custos envolvidos, pelo que, procurou saber qual o diferencial entre o deve e o haver, entre o Município de Oliveira do Bairro e a EDP, uma vez que, esse será o aspeto fundamental para se aceitar ou não as alterações ao Anexo I como proposto.



Oliveira do Bairro câmara municipal

Relembrou as preocupações constantes de um Membro da Assembleia Municipal do CDS-PP relativamente a esta matéria, nomeadamente no que à relação custo/proveito diz respeito e em relação a outras questões, como seja a baixa-tensão e a alta-tensão.....

O **Presidente da Câmara**, informou que o Município recebe anualmente 400.000,00 € (quatrocentos mil euros), possui em equipamentos instalados, imobilizado, cerca de 3.000.000,00 € (três milhões de euros), e que representou cerca de 1.000.000,00 € (um milhão de euros) de investimento em média e alta-tensão no ano de 2018 e que ficou a dever-se, essencialmente, com a instalação de equipamentos nas Zonas Industriais.

No que respeita ao diferencial entre o deve e o haver, informou que a recuperação imediata do investimento LED, se esta alteração for aprovada, atinge a sua recuperação em três anos. Se a alteração for para vapor de sódio o investimento é recuperado num prazo superior ao dobro daquele tempo.....

Mais informou que o Município não é obrigado a proceder a esta alteração, contudo, por questões de racionalidade económica, entendeu que o deveria propor ao Executivo Municipal, uma vez que, face aos investimentos que estão a ser realizados, este apresenta “uma pequena gota no oceano”, mas que o Município pode vir a usufruir, quer em termos ambientais, quer ao nível financeiro.....

Acrescentou que o Município pode decidir investir 100.000,00 € (cem mil euros) ou 200.000,00 € (duzentos mil euros) em luminárias LED, cuja instalação terá de ficar a cargo de uma empresa creditada pelo concessionário, no fundo é a própria EDP que as instala, ou seja, o Município terá de pagar à EDP essa instalação e depois sim, haverá uma poupança decorrente dessa mesma substituição.....

O **Vereador António Mota**, disse que, se o Município recebe cerca de 400.000,00 € (quatrocentos mil euros) por ano pela concessão, questionou quanto é que o Município paga anualmente à EDP e se essa diferença entre o que o Município recebe e o que paga, com todas estas poupanças e substituições, significa que se está a reduzir o diferencial ou que se está a aumentar o diferencial...

O **Presidente da Câmara**, informou que o Município gastou em 2018 cerca de 1.200.000,00 € (um milhão e duzentos mil euros) em energia, o que significa que o diferencial é de 800.000,00 € (oitocentos mil euros), contudo, com os ajustamentos que se pretende levar a efeito, o diferencial irá reduzir ainda mais, porque os 400.000,00 € (quatrocentos mil euros) por ano pela concessão mantêm-se e com uma nova gestão do tarifário e na utilização de alguns dos equipamentos que estão a ser substituídos e possuem um consumo menor, o que significa que o diferencial tenderá a ser cada vez menor. Caso o investimento fosse realizado de uma só vez, haveria uma poupança de cerca de 200.000,00 € (duzentos mil euros).....

O **Vereador Rui Santos**, questionou se, não havendo qualquer imposição na alteração do tipo de luminárias, o Município considerou fazer esse mesmo investimento, uma vez que está a ter



Oliveira do Bairro câmara municipal

poupanças significativas ao nível dos consumos e assim diminuir mais rapidamente o fosso existente entre o que recebe e o que paga.

O **Presidente da Câmara**, referiu que os 200.000,00 € (duzentos mil euros), necessários à substituição integral, do seu ponto de vista, poderão ser investidos noutras matérias, ou seja, trata-se de uma matéria que envolve estratégias de investimento. Salientou, contudo, que se está a promover uma substituição para LED's nos equipamentos públicos e assim reduzir o consumo.

O **Vereador António Mota**, referiu não ter entendido as palavras do Presidente da Câmara, porque se existe o potencial de investimento de 200.000,00 € (duzentos mil euros), com um proveito de 100.000,00 € (cem mil euros) nos anos seguintes, questionou se tal não é sinónimo de investimento, sendo que, na sua opinião, esse seria um dos grandes investimentos do atual Executivo Municipal, uma vez que, esses 200.000,00 € (duzentos mil euros) irão trazer uma rentabilidade para os anos futuros, e isso sim, é preocupar-se com os proveitos futuros.

O **Presidente da Câmara**, recordou ter mencionado que a alteração e assinatura do presente documento, permite que a EDP efetue substituições no Concelho de Oliveira do Bairro para uma tecnologia mais avançada. Não obstante tal situação, o Município tem a possibilidade de efetuar investimento nesta matéria, nomeadamente por intermédio de uma Candidatura da CIRA.

Acrescentou que a previsão de investimento é de 500/600 luminárias por ano.

O **Vereador António Mota**, disse que se tinha somente referido à poupança futura em termos de investimento, uma vez que o que disse o Presidente da Câmara foi que, para investir nesta área deixaria de ter dinheiro para investir noutras áreas e isso não está correto.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por maioria, com a abstenção dos Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Rui Santos, subscrever o teor da Informação da Divisão de Ambiente, Manutenção e Serviços Urbanos, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais e remetê-la à Assembleia Municipal, com vista à sua aprovação final.

PONTO 4 – INFORMAÇÃO TÉCNICA N.º 88.2019|DPGU, PRESTADA PELA DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA - “DELIMITAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO PARA O SOLO URBANIZÁVEL / ESPAÇO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS CONFINANTE COM A ZONA INDUSTRIAL DE VILA VERDE (ZIVV) – DISCUSSÃO PÚBLICA”

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de introduzir o assunto e os Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Rui Santos.

O **Vice-Presidente da Câmara**, informou que a apresentação técnica ficará a cargo da Chefe de Divisão Dr.ª Isabel Simões e da Arq.ª Isabel Alves da empresa “Lugar do Plano”.

Referiu que o Concelho de Oliveira do Bairro localiza-se numa posição geográfica de excelência, tendo em atenção que nas suas imediações se encontram acessos às autoestradas, o que faz com



Oliveira do Bairro câmara municipal

que o Município seja muito apetecível para investimentos na área industrial e já são três as Zonas Industriais de grande sucesso uma vez que não existem terrenos para venda, daí que a aposta, desde o início do atual Mandato, tenha sido o incremento das Zonas Industriais.

Referiu ter-se iniciado o alargamento em Vila Verde, tendo em atenção que já havia algum trabalho nessa matéria realizado pelo Executivo anterior, nomeadamente a identificação cadastral. Acrescentou que o trabalho, nesta matéria, encontra-se concluído numa primeira fase e será essa apresentação que irá ser efetuada de seguida, num total de cerca de 19ha para lotear e vender e assim permitir o desenvolvimento económico do Concelho, sendo que após a sua aprovação, o presente assunto será remetido para discussão pública e posteriormente será remetido à Assembleia Municipal.

Agradeceu a disponibilidade da empresa Lugar do Plano e aos Técnicos Municipais pelo trabalho desenvolvido, pela brevidade e empenho que manifestaram e que culminou no trabalho que hoje é apresentado.

Seguidamente foi efetuada uma apresentação da delimitação da Unidade de Execução da Zona Industrial de Vila Verde, por parte da Técnica do Município Dr.^a Isabel Simões e pela representante da empresa “Lugar do Plano”, a Arq.^a Isabel Alves.

O **Vereador António Mota**, relembrou que o incremento deste tipo de iniciativas somente será possível após a aprovação por parte da Comissão do Plano Diretor Municipal, com o alargamento dos espaços das Zonas Industriais que permita a construção de novas unidades.

Referiu que, na sua opinião, a planificação desta Zona Industrial vem ao inverso do que se está a ver em outras Zonas Industriais. Relembrou que Oliveira do Bairro está a lutar pela ligação à A1, sendo que, um dos motivos impulsionadores da construção desse Nó, é a localização de algumas empresas de grande dimensão, é o que sucede com a Zona Industrial do Casarão em Vagos.

Disse que, muito embora seja mencionada a existência de algumas intenções de aquisição, concerteza que nada devem ter a ver com as intenções que existiam no tempo do anterior Executivo Municipal, tendo em atenção as áreas agora apresentadas.

Acrescentou, ser castrante apresentar uma Zona Industrial semelhante ao loteamento de uma urbanização, uma vez que não existem lotes com dimensão significativa, sendo esse um dos motivos que levam a que diversas empresas saiam do Concelho de Oliveira do Bairro, daí que, seja da opinião que nenhum industrial, vendo a atual configuração dos lotes na Zona Industrial de Vila Verde, os venha a pretender adquirir, uma vez que verifica a inexistência de lotes com dimensão. Na sua opinião deveriam constar alguns lotes de elevada dimensão e tal como existe a possibilidade de unificar os lotes, também deveria haver a possibilidade de divisão, daí entender que a presente proposta é muito redutora para o modernismo que se pretende para aquela Zona Industrial.



Oliveira do Bairro câmara municipal

Mais disse que se deve tentar captar investimento de grande dimensão, que permita potenciar mais investimento ao seu redor e isso sim, é, do seu ponto de vista, pensar uma Zona Industrial, tanto mais que a mesma se situa junto à A1 e aquilo que pretendem os industriais é visibilidade para as suas empresas, daí que se devesse repensar o estudo que foi apresentado, ou pelo menos a alteração de alguns dos lotes, sendo que, a unificação de lotes poderá não ser possível, se houver um emaranhado de aquisições contíguos por diferentes empresas, pelo que, deverão ser criados alguns lotes com alguma dimensão.

Referiu poderia identificar o nome das empresas que, no anterior Mandato Autárquico, solicitaram lotes de dimensão significativa, como seja o Grupo Tavares, LTP, inReis, Transportes do Brejal, daí, entender que a presente proposta deveria ser alterada, de modo a prever alguns lotes de grande dimensão.

O **Vereador Rui Santos**, congratulou-se com a discussão do presente ponto da Ordem de Trabalhos, que considera extremamente importante para o desenvolvimento do Concelho.

Disse comungar da opinião do Vereador António Mota em relação à dimensão dos lotes, já que entende que deveria haver uma oferta diversificada nesta área, mas deverá ter-se em consideração toda a área de intervenção, porque a dimensão dos lotes do Casarão nem sequer cabem na presente área de intervenção, entendendo que se deve tentar atrair empresas de grande dimensão, contudo deverá ajustar à realidade do Concelho e aos seus limites físicos.

Referiu ter ficado satisfeito por ser permitida alguma flexibilidade e que poderá ir de encontro ao que foi mencionado pelo Vereador António Mota, tendo igualmente ficado agradado por observar alguma preocupação ambiental no projeto agora apresentado.

Referiu ficar apenas preocupado com a questão do entroncamento na Rua da Kiwicoop, não lhe parecendo que a solução apresentada seja a mais adequada ao local, nomeadamente para as viaturas pesadas, dada a falta de visibilidade, o que pode criar alguns problemas ao nível da segurança.

Concorda que haja boas acessibilidades ao Concelho, contudo a forma de aqui chegar é que é mais difícil, uma vez que o acesso à Zona Industrial existente a poente do Concelho está saturado, com os camiões TIR a passarem a um metro das janelas das habitações e com bastante frequência, enquanto que o acesso para norte ou noroeste nem se fala, já que no troço de Malhapão e da Silveira só por milagre é que ainda não se deu um acidente mortal. Estas são preocupações que, na sua opinião, já deveriam ter sido colmatadas há anos e ainda não se encontram solucionadas.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, disse que pese embora as dúvidas e a estratégia que está a ser implementada, a apresentação permitiu esclarecer algumas das suas dúvidas, contudo, referiu manter as suas dúvidas relativamente ao lote que se encontra referenciado como espaço de exposição, de colóquios e de funcionamento partilhado pelas empresas daquela Zona Industrial porque, se por um



Oliveira do Bairro câmara municipal

lado abre um precedente no Concelho ao nível de instalação deste tipo de infraestruturas, por outro lado, uma das características que valoriza esta Zona Industrial, é a localização do “Espaço Inovação”, pelo que, questionou se não se estaria a duplicar este tipo de espaços.

O **Vice-Presidente da Câmara**, no que à dimensão dos lotes diz respeito, informou ter sido uma questão ponderada, sendo certo que a flexibilidade existente permitirá, por certo, responder cabalmente à necessidade dos empresários.....

Informou ter conversado com alguns empresários que pretendem investir em áreas substancialmente maiores do que os lotes aqui apresentados, mas nenhum manifestou qualquer desconforto em relação a este tipo de divisão, uma vez que se permite que depois se efetive uma eventual unificação de lotes em função da real necessidade das empresas.....

Disse ter noção de alguns investimentos que irão existir com esta ampliação da Zona Industrial de Vila Verde, mas irá aguardar calmamente para verificar, das intenções de aquisição recebidas pelo anterior Executivo Municipal, que empresas é que irão efetivamente adquirir lotes, uma vez que, certamente haverá lotes com a dimensão que então era pretendida.....

No que respeita à Rua da Kiwicoop, informou ter sido um assunto bastante ponderado e tecnicamente bastante analisado e a solução encontrada é aquela que se encontra expressa no projeto, por questões que se prenderam com a mobilidade e segurança.

Informou que o espaço destinado a Equipamento Público é somente uma pré-intenção e que posteriormente poderá ser mais adaptada àquilo que o mercado e as necessidades exigirem. Para já encontra-se afeto àquela utilidade, mas entretanto poderá ser requalificado para o que se pretender.

A **Arq.ª Isabel Alves**, esclareceu que a dimensão dos lotes foi bastante discutida, terá que se ver, no entanto, que a Unidade de Execução estabelece a estrutura, não define algo que não se possa vir a alterar, nomeadamente em relação à dimensão dos lotes, ficando contemplada a possibilidade de unificação de lotes.....

No que respeita à intersecção com a Rua da Kiwicoop, foi uma situação bastante analisada, foram apresentadas outras soluções, chegando-se à conclusão que esta seria a mais viável, tendo sido considerados raios de curvatura bastante grandes e planeada uma zona verde junto à Kiwicoop para que haja visibilidade na intersecção.

Já em relação ao equipamento, referiu ter sido uma proposta apresentada pela empresa e pelos seus Técnicos Projetistas, tendo a Câmara Municipal manifestado a sua abertura para a sua concretização, já que não será mais um equipamento, mas antes um equipamento de proximidade e que não irá concorrer nunca com o “Espaço Inovação”, servindo antes como um espaço para refeições que os funcionários das diferentes empresas poderão utilizar ou para a realização de pequenas ações de formação.....



Oliveira do Bairro câmara municipal

O **Vice-Presidente da Câmara**, em complemento do que foi mencionado pela Arq.^a Isabel Alves, referiu que aquele espaço de equipamentos poderá ser utilizado por exemplo como creche, cantina ou um mero espaço de lazer destinado aos funcionários das empresas que ali se encontrem instaladas.

O **Vereador António Mota**, disse sentir-se obrigado a defender a honra de alguns empresários do Concelho, pelas banalidades ditas pelo Vice-Presidente da Câmara, porque há situações que ele desconhece, questionando se o mesmo tinha conhecimento que a inReis tinha adquirido um terreno na Zona Industrial de Oiã, com 20.000 m2 e outro com cerca de 7.000 m2 e que o Grupo Tavares adquiriu dois terrenos encostados às Bombas de Gasolina de Vila Verde e os Transportes do Brejal também já alugaram ou compraram no Sobreiro.....

Mais disse que o Vice-Presidente da Câmara tem de ter muito cuidado com as afirmações que faz, porque a ser assim, está a banalizar este tipo de industriais, os quais já formularam pedidos para adquirirem lotes no Concelho.....

Acrescentou que o Vice-Presidente da Câmara é que pode esperar sentado porque pensa pequenino, sendo, do seu ponto de vista, inadmissível o mesmo ter proferido a afirmação que fez, pois não pode tratar dessa forma os empresários que investiram milhões de euros em terrenos no Concelho de Oliveira do Bairro.....

Para terminar, disse que irá transmitir e dar uma cópia desta Ata, nomeadamente aos industriais que focou na sua intervenção, referindo que esses empresários já investiram no Concelho, enquanto que o Vice-Presidente da Câmara nada investiu e isso somente demonstra leviandade por parte do mesmo, responsável pelas Zonas Industriais e que, com as suas palavras, ofende a honra dos empresários que investem no Concelho, pelo que o mesmo deve ter vergonha.....

O **Vice-Presidente da Câmara**, informou ter respondido daquela forma, na sequência da intervenção do Vereador António Mota acerca do Grupo Tavares, Transportes do Brejal e inReis, de que aquelas empresas tinham demonstrado interesse em adquirir lotes. Tendo em atenção que os mesmos já compraram terrenos, por isso disse que esperava sentado para ver se compram mais e por conseguinte, mantém as suas palavras.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, o seguinte:.....

1.º - Aprovar a prévia delimitação da Unidade de Execução para o Solo Urbanizável/Espaço de Atividades Económicas Confinante com a Zona Industrial de Vila Verde (ZIVV), nos exatos termos exarados na Informação Técnica n.º 88.2019|DGPU, datada de 13 de setembro de 2019 e que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais;

2.º - - Aprovar a abertura de um período de discussão pública de 20 (vinte) dias úteis, a ter início no 5.º dia útil após a publicação do aviso na 2.ª Série do Diário da República, conforme estabelecido no



Oliveira do Bairro câmara municipal

n.º 2 do artigo 89.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) na sua redação atual;.....

3.º - Determinar que durante o referido período de discussão pública, os eventuais interessados possam apresentar sugestões, observações ou reclamações, mediante preenchimento de requerimento, o qual deverá ser entregue no Balcão de Atendimento Integrado (BAI) deste município, ou remeter por via de correio eletrónico para o endereço cmolb@cm-olb.pt;.....

4.º - Divulgar o referido período de discussão na página eletrónica do município e nos meios de comunicação social.

Pelo **Vereador António Mota**, foi apresentada uma declaração de voto verbal, referindo que os Vereadores do PPD/PSD tinham votado favoravelmente o presente assunto, mas que deveriam ser consideradas algumas das questões levantadas durante a discussão do assunto.

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA: Foi presente o **Resumo Diário da Tesouraria** referente ao dia 17 de setembro do ano de 2019, do qual constam os seguintes dados e valores:.....

DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS: **2.808.985 Euros e 62 Cêntimos**

DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: **661.159 Euros e 07 Cêntimos**

TOTAL DAS DISPONIBILIDADES: **3.470.144 Euros e 69 Cêntimos**

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO: Apesar de haver público presente não se registaram quaisquer pedidos de intervenção.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, eram nove horas e cinquenta minutos, tendo as deliberações sido aprovadas em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da qual se lavrou a presente Ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Câmara Municipal, por mim, José Miguel Cardoso Duarte, Técnico Superior, em regime de mobilidade intercarreiras, que a redigi e pelos demais presentes que o desejem fazer.

Duarte dos Santos Almeida Novo



Oliveira do Bairro câmara municipal

José Miguel Cardoso Duarte

Jorge Ferreira Pato

Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas

Susana Maria da Silva Martins

António Augusto Marques Mota

Álvaro Miguel Ferreira Ferreira

Rui Jorge Marques Santos